



CÂMARA SETORIAL DE CULTURAS DE INVERNO DEBATE QUEDA DE PRODUÇÃO DO TRIGO E POLÍTICAS DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS

Foi realizada nesta terça-feira (20), em Brasília a 57ª reunião Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Culturas de Inverno, na sala de reuniões do MAPA. Presente no encontro, o secretário de Política Agrícola Neri Geller, o secretário de Defesa Agropecuária Luis Rangel. Representando a ACEBRA, estavam o Diretor Executivo Roberto Queiroga e o Presidente da ACERGS Vicente Barbiero.

Iniciando os trabalhos, Rodrigo Souza, da CONAB, apresentou a conjuntura do Trigo com destaque para o crescimento da produção mundial em torno de 759 milhões de toneladas. Em relação ao Brasil, salientou nessa temporada o atraso no plantio e redução de área plantada devido ao clima seco; no desenvolvimento as geadas em excesso que gerou perda de produtividade e na colheita que as chuvas culminaram na perda de qualidade dos grãos. Rodrigo falou sobre as tendências para o mercado nacional que incluem ações como a retenção de oferta interna por parte dos produtores e seca nas regiões produtivas dos EUA, que geram uma expectativa de aumento dos preços nos próximos meses, incentivando o plantio do cereal.

Em seguida os participantes fizeram um breve relato sobre a situação do Trigo nos Estados. Destaque para Minas Gerais, que lamentou o clima pela falta de chuva; Paraná, que informou a diminuição das áreas de plantio; São Paulo que queixou da diminuição dos preços de mercado, e Rio Grande do Sul: "No Sul não é muito diferente da situação de vocês. Fizemos uma pesquisa com cerealistas do Estado, e todos acham que cai 10 a 15% a produção. A situação é que o produtor está totalmente desanimado", declarou Vicente.

Para o Presidente da Câmara, Hamilton Guterres, o trigo precisa de investimentos, inclusive na área genética e é necessário consolidar um melhor planejamento das culturas de inverno, estabelecer prioridades e mudanças. Em sua declaração Neri Geller informou: "estamos desenvolvendo vários mecanismos como PEP e PEPRO para trigo. O Ministério da Agricultura também tem avaliado a questão da concorrência desleal em relação do Mercosul. Essas culturas mais consolidadas, seja milho, arroz, acabam inviabilizando os momentos da safra mais acentuada e atrapalham o produtor que acaba não pagando a conta no benefício".

Vicente destacou que a ACEBRA já fez várias sugestões de desburocratização e tem meses que aguardam retorno por parte do Ministério. "Há muito trabalho a ser feito. Precisamos trabalhar para o ajuste de preços, talvez seja isso o resultado do desestímulo do produtor gaúcho", informou.

Queiroga falou em relação ao programa de armazenagem que existia um compromisso por parte do MAPA, mas nada aconteceu. "Nós vamos continuar fazendo todas essas iniciativas em prol dos nossos pleitos. Entretanto, começamos a ter um problema de credibilidade. Há algumas questões tão simples na nossa proposta como os projetos assinados pelos agrônomos", questionou.

Neri explicou que não é uma questão de não cumprimento do acordo e sim que a medida ainda não saiu devido ao cenário político do país. "Acredito que essa situação seja uma exceção e garanto que o meu setor irá retomar isso", declarou.



Em relação ao seguro rural foi destacado a criação de um novo sistema, com a participação do setor privado, que vai permitir que o produtor escolha e decida que tipo de empresa ele quer trabalhar. Hoje, para contratar o seguro rural, o produtor deve procurar uma seguradora habilitada pelo Ministério da Agricultura no Programa de Subvenção, e é a empresa que decide quem entra no programa. "A ideia é muito boa. Você diminui os atravessadores e acaba com fragilidade do produtor", atendeu Roberto.

Sobre Políticas de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, e revisão dos avisos de PEP e PEPRO de trigo, Allan Silveira dos Santos, da SUOPE, apresentou as respostas ao documento entregue pelo grupo de trabalho formado pela ACERGS, JF Corretora, FARSUL, SINDITRIGO, FECOAGRO e EMBRAPA. Muitas alterações solicitadas como aumento do prazo de venda, considerar o preço mínimo no armazém, não foram acatadas e outras como aumento da penalidade da desobrigação, foram acatadas parcialmente. Os presentes cobram explicações detalhadas em relação aos itens destacados e a conclusão definitiva do trabalho.

Ainda na reunião, a Abrisul apresentou as ações para a melhoria da qualidade sanitária do trigo em relação aos resíduos de agrotóxicos. O destaque foi para a diferença entre critérios de internalização de trigo (dos importados) e análise em gôndola, que causa grande insegurança aos moinhos e receio de ações judiciais. A sugestão é lançar um programa gradual de ajustamento envolvendo todos os aspectos e os elos da cadeia, que durante a vigência do período de ajustamento, as fiscalizações tomariam como referência o CODEX e não os LMR's (limite máximo de resíduos) brasileiros.

Para Rangel é necessário estabelecer nossos parâmetros, fazer uma análise de acordo entre os países importadores, contratar especialistas, fazer um estudo sobre risco e pôr um limite máximo de resíduos. Ou seja, tabelar, realizar análises periódicas e publicação de resultados.

Em assuntos gerais, Queiroga destacou as reformas da PIS/COFINS, que estão na agenda anunciada com 15 pontos prioritários apresentados pelo Governo para reduzir os gastos federais, modernizar a tributação e fortalecer a economia brasileira. "Toda cadeia tem que se debruçar sobre esse tema para não deixar nenhum avanço que a gente conseguiu retroceder".

A próxima reunião Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Culturas de Inverno está prevista para acontecer no dia 24 de Julho.